

A RACIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO EM SANTA CRUZ DO SUL

Leila Borges Dias Santos

Resumo

A partir de alguns pressupostos teóricos da sociologia de Max Weber e da geografia de Milton Santos, o presente texto visa abordar a formação do espaço em Santa Cruz do Sul (RS). O estudo sobre a racionalização do espaço e sobre a evolução urbana de Santa Cruz do Sul permite um melhor entendimento da organização econômica da cidade. Nesta relação entre economia e racionalização, perceberemos como o espaço se organiza, justamente para atender à demanda capitalista. A racionalização é, então, revelada a partir de sua capacidade de alcance no espaço e na economia.

Palavras-chave: Racionalização, Espaço, Santa Cruz do Sul.

Abstract

Based upon some theoretical approaches of the Sociology of Max Weber and the Geography of Milton Santos, the following text aims at analyzing the formation of the space in Santa Cruz do Sul (RS). The study of the rationalization of the space and of the urban evolution of Santa Cruz do Sul leads to a better comprehension of the economic organization of the city. In this relationship between economics and rationalization, we can notice how the space is organized, in order to react to the capitalist demand. The rationalization is thus revealed from its capacity of reaching in space and in economy.

Keywords: Rationalization, Space, Santa Cruz do Sul.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se compõe de dois fios condutores. O primeiro é a relação entre racionalização e espaço. Ambas as noções, partirão, respectivamente, do conceito de racionalização do sociólogo Max Weber, e da noção de espaço do geógrafo Milton Santos. O segundo fio condutor, é o processo de configuração urbana de Santa Cruz do Sul, que percorrerá alguns dados históricos e econômicos da cidade.

Em meio a esses dois fios condutores, será analisada a influência do capitalismo

na evolução das cidades, se privilegiando os reflexos da Revolução Industrial na cidade de forma geral, pois tal revolução diz respeito à substituição do trabalho artesanal (autônomo, e clo de ligação entre o produtor e os meios de produção), pelo trabalho assalariado, onde o industrial é o proprietário dos meios de produção. Surgem então novas camadas sociais e uma nova realidade de trabalho e de produção. Engendradas pelo desenvolvimento da produtividade, que se deu justamente graças à racionalização e ao aperfeiçoamento da produção, que ocorreu em um primeiro momento, através da manufatura (primeira metade do séc. XVIII), e num segundo momento, através da maquinofatura (decorrer do séc. XIX).

Acompanhando tal fenômeno, via inserção do Brasil em tal conjuntura, se desenrola a evolução urbana local, advinda da necessidade de povoamento e legitimação de áreas do Sul brasileiro, assim como, com o trabalho assalariado, garantir uma maior produtividade na agricultura.

O objetivo deste trabalho é então, demonstrar a influência do fenômeno da racionalização sobre o espaço habitado, relacionando-o por fim, com o caso específico de Santa Cruz do Sul.

Este trabalho apresentará na primeira etapa, a sua Fundamentação Teórica sustentadora, ou seja, as noções acima citadas de Weber e Santos; na segunda parte, os conceitos de racionalização e espaço se relacionarão com a evolução do processo industrial e seu reflexo no espaço urbano. Cidades como Londres, Manchester e Paris serão brevemente tomadas como exemplo desta evolução. Na terceira parte então, será incluído o surgimento e desenvolvimento da cidade de Santa Cruz do Sul.

NOÇÃO DE RACIONALIZAÇÃO

Em uma época fortemente influenciada pela preponderância do pensamento racional, Max Weber elabora sua compreensão do que seja racionalização. Nascido em 1864 na Alemanha, Weber testemunhou o espetáculo tecnológico da chamada segunda Revolução Industrial, que ultrapassara a máquina a vapor, e contava com o avanço ofertado pela invenção do aço, da eletricidade, dentre outros. Num mundo em processo de adaptação à idéia de produtividade rápida (produção, distribuição, consumo), proliferação de cidades, acompanhamento dos homens ao ritmo e eficiência dos relógios, se constrói a noção weberiana de racionalização.

Ao nos depararmos com as etapas de transição da modernidade, observaremos que desde os séc. XVIII e XIX, com a Revolução Francesa e Industrial, marcos da chamada Era Contemporânea, se experimentará algo novo. Influenciada pelo Iluminismo ou Século das Luzes (Séc. XVII e XVIII), a sociedade (a grosso modo) gradualmente substitui a visão de mundo sustentada pela religião, por uma visão de mundo sustentada pela razão;

mais precisamente, a herança do pensamento da Antigüidade Clássica, centrada na capacidade humana de construção e compreensão da realidade. E neste momento a apresentação da definição de modernidade se faz oportuna, como nas palavras de Paulo César da Costa Gomes:

Uma nova temporalidade (...) se desenvolveu sob diversos aspectos. Os instrumentos de precisão para medir um tempo a partir de então linear (o relógio, o relógio de pulso, o cronômetro), aperfeiçoados ou criados no Século das Luzes, substituíram o tempo cíclico da tradição, marcado por largos períodos, pelas festas ancestrais associadas, notadamente, ao ritmo das atividades rurais. A nova produtividade exigia controles mais precisos e novas unidades cronológicas para alcançar uma maior eficiência. (...) Esta nova concepção de duração funda uma seqüência lógica de passado-presente-futuro; e esta seqüência consitui um produto fundamental do discurso de legitimidade da modernidade, na medida em que esta última pretende ao mesmo tempo ultrapassar o passado e anunciar o devir. (Gomes, 1996, p. 56)

Compreensível portanto, a influência da época de Weber sobre seu pensamento. Para ele, a racionalização é o alastramento (aos demais setores da sociedade) da forma de organização desenvolvida em uma fábrica com vistas à maior produtividade. A calculabilidade, a eficiência, a previsibilidade, o constante avançar da evolução das técnicas de organização, levam à busca pelo controle, ou melhor, para usar uma denominação muito utilizada por Weber, a busca pela dominação sobre a realidade, sobre os homens, sobre as coisas, a natureza, a vida, o espaço, etc... Instituições serão criadas para efetivar esta racionalização: o Estado, as universidades, os hospitais, as igrejas, passarão pelo crivo da racionalidade. Esta é a visão de racionalização para Weber, "... a racionalização... tem a ver com a organização social exterior e não com a vida íntima e racional do homem." (Freund, 1987, p. 21); é a chamada burocracia, ou gaiola de ferro, que desencanta o mundo, uma vez que o institucionaliza, o setoriza, retirando dele o teor mágico e místico, tornando-o previsível e rotineiro. As grades dessa gaiola seriam originárias da ciência e da técnica, pois,

Com os progressos da ciência e da técnica, o homem deixou de acreditar nos poderes mágicos, nos espíritos e nos demônios: perdeu o sentido profético e, sobretudo o do sagrado. O real se tornou aborrecido, cansativo e utilitário, deixando nas almas um grande vazio que elas tentam preencher com a agitação e com toda espécie de artificios e de sucedâneos. (...) A mística se torna mistificação; a comunidade, comunitarismo, e a vida se reduz a uma seqüência de experiências vividas. (Freund, 1987, pp. 22 e 23).

Avançando um pouco mais na noção de racionalização de Weber, nos deparamos com uma pertinente contribuição: a de Jürgen Habermas; que em seu livro *Técnica e Ciência como "Ideologia"*, analisa de forma brilhante a relação da racionalização com a economia capitalista. Através desse contato, a sociedade será submetida "aos critérios de decisão racional" ou à "implantação do tipo de ação racional relativamente a fins" (Habermas, p. 45). Segundo Habermas, "Com o conceito de "racionalização", Max Weber tentou apreender as repercussões do progresso técnico-científico no enquadramento institucional das sociedades que se englobam na modernização". (Habermas, p. 46-55-56). É justamente sobre modernização das cidades envolvidas pelo processo de evolução capitalista que se falará em seguida.

RACIONALIZAÇÃO E ESPAÇO NAS ORIGENS DA CIDADE INDUSTRIAL

Com a Revolução Industrial, uma série de transformações irão influenciar na formação da sociedade, assim como na formação do espaço. O exemplo por excelência da formação do espaço, ou melhor, de sua transformação, é a cidade de Londres e Paris dos séculos XVIII e XIX. É bom lembrar que Londres foi o berço da Revolução Industrial, e que esta transformação do espaço, se dará posteriormente em escala global. Tomamos Londres, Manchester e Paris como exemplo, apenas para se simplificar a exposição.

No livro "História da Cidade", Leonardo Benevolo nos apresenta a evolução da cidade industrial. Ele inicia sua análise enumerando o que caracteriza num primeiro momento a cidade industrial: diminuição do índice da mortalidade, aumento da densidade demográfica, e o conseqüente crescimento do número da população jovem, além do aumento da produção e do comércio advindos da agricultura e da indústria. Ocorre também o aumento da qualidade de vida, devido ao aumento da oferta de bens e serviços, e a redistribuição da população causada pela crescente demografia.

Nessa época (segunda metade do séc. XVIII), tem início o trabalho assalariado, e o espaço começa a ser dividido de acordo com a produção e suas demandas; e é claro, ocorre um dos fenômenos mais evidentes do crescimento das cidades: as migrações.

"Londres, que já no final do século XIX tem um milhão de habitantes, em 1851 chega a dois milhões e meio (...)" (Benevolo, 1997, p. 551). Outras características que marcam o nascimento da indústria no seio urbano, o revolucionando definitivamente, são a evolução dos meios de comunicação e de transporte. Com relação à política, eclode o abandono de práticas herdadas do Antigo Regime, rompendo-se com formas de poder e controle público consideradas então arcaicas:

Exemplo clássico do brusco processo de crescimento da cidade, e um dos pólos nascentes da transformação urbana, a cidade inglesa de Manchester, se encontrava repleta de mazelas sociais. A camada operária era a mais atingida, sofrendo com problemas que



não foram previstos, como epidemias e falta de uma organização que acolhesse de forma eficiente o contingente cada vez maior de pessoas. Com isso, surge a preocupação em se acomodar e organizar o espaço urbano: o chamado urbanismo. "O urbanismo, nos seus primórdios, cuidou de dar soluções aos problemas originários dos fluxos migratórios (campo-cidade) e da aglomeração nos grandes centros." (Gonçalves JR., 1991, p. 16).

O urbanismo é, segundo a noção clássica, "uma técnica de planejamento urbano que visa disciplinar o crescimento oriundo das migrações (...) atender a crescente demanda por infra-estrutura, serviços e abastecimento e melhorar a qualidade de vida." (Gonçalves Jr, 1991, p. 17)

Para complementar a noção de urbanismo, achamos por bem atentar para o quadro da evolução da cidade no período dos séc. XVIII ao XIX, onde é ressaltada a transformação ocorrida na segunda metade do século XIX, privilegiando-se a reforma de Paris.

Com a vitória da burguesia, após a revolução de 1848, países como a Alemanha, França e Inglaterra, sofrem a intervenção do Estado. Normas quanto às obras públicas são executadas e criam uma nova cidade. O processo de urbanização se inicia.

Objetivando delimitar os espaços públicos e os privados neste novo processo, desenham-se as configurações urbanas. Uma das regras é a da funcionalidade aplicada à cidade, para que houvesse espaço para trafegar, ruas-corredor, canal de tráfego, etc.

Modelo de modernização e interesse de valorização imobiliária, a Paris de Haussmann (o idealizador da reforma da Paris da segunda metade do século XVIII), é o melhor exemplo de transformação do espaço urbano nesta época. Benevolo lhe descreve:

Haussmann procura enobrecer o novo ambiente urbano com os instrumentos urbanísticos tradicionais: a busca da regularidade, a escolha de um edifício monumental antigo ou moderno como pano de fundo de cada nova rua, a obrigação de manter uniforme a arquitetura das fachadas nas praças e nas ruas mais importantes (...) o fluxo dos pedestres e dos veículos, que muda continuamente, transforma a cidade num espetáculo sempre mutável. (...) A sociedade européia está fascinada e perturbada por este ambiente novo, contraditório. A técnica moderna produziu, finalmente, uma nova cidade, mas, em vez de resolver os antigos problemas, abriu outros, inesperados. (...) Neste cenário, os elementos da civilização industrial finalmente tomam vulto e podem ser confrontados entre si. Os novos problemas abertos se tornam as tarefas a enfrentar no futuro próximo. (Benevolo, 1997, pp. 595 e 598)

As cidades a partir de então, não seriam mais as mesmas. O capitalismo se sofisticou e as cidades se delinearão de acordo com as necessidades da produção. Vestindo as roupagens da modernidade, o espaço urbano encena a racionalização e edifica o urbanismo do capital.

NOÇÃO DE ESPAÇO

Na tentativa de expressar o conceito de espaço do geógrafo Milton Santos, foram consultadas duas obras de sua autoria: A "Natureza do Espaço", e "Metamorfoses do Espaço Habitado". Na segunda obra citada acima, Santos afirma que

O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais ou artificiais. (...) A vida é sinônimo de relações sociais, e estas não são possíveis sem a materialidade, a qual fixa relações sociais do passado. (...) O espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. (...) O espaço é igual à paisagem mais a vida nela existente; é a sociedade encaixada na paisagem. (Santos, 1988, p. 71-73)

Apesar da transitoriedade das relações sociais, visto que o tempo não pára e as técnicas também não, é justamente a produção do homem (através da criação dos objetos), que confere certa perenidade ao espaço. Porém, mesmo esta perenidade é ilusória, pois o espaço (aparentemente concreto), não cessa de se transfigurar devido ao sucessivo balé dos, como diz Santos, "casamentos da sociedade com a paisagem", uma vez que estes "enlaces", segundo o ilustre geógrafo, advêm fundamentalmente da economia, da cultura e da política.

Percebe-se então, que na formação do espaço, existe uma integração entre sistemas de ações do homem e sistemas de objetos criados pelo homem. Sem o homem os objetos não existiriam, mas sem os objetos o homem não efetivaria as transformações que só a criação destes pode realizar, criações que se concretizam no espaço.

Para ficar mais claro, Santos na "Natureza do Espaço", exemplifica: os sistemas de objeto são as "hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, (...) cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico." (Santos, 1999, p. 51). Entra aqui a noção de técnica, pois os objetos são por ela criados. Sociedade, configuração territorial e economia, são elementos basilares na interação que forma o tecido urbano,

que a cada momento histórico dão uma significação e um (...) valor específicos ao meio criado pelo homem, isto é, à configuração territorial. (...) Desse modo, a rede urbana tem um papel fundamental na organização do espaço, pois assegura a integração entre fluxos, isto é, entre a configuração territorial e as relações sociais. Seu estudo é fundamental para a compreensão das articulações entre as diversas frações do espaço. (Santos, 1999, p. 111 e 114)

O ESPAÇO RACIONALIZADO

A racionalidade do espaço, segundo Santos, nasce no momento em que este conhece a mecanização (Santos, 1999, p. 232), ou o avanço da instrumentalização do trabalho e seu reflexo no espaço e nas relações humanas. É a partir disso que se analisará o elo entre racionalização e formação do espaço.

Segundo Milton Santos,

Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço. Como o homem não vive sem trabalho, o processo de vida é um processo de criação do espaço. (...) A natureza vai registrando, incorporando a ação do homem... (Santos, 1988, p. 88)

A racionalização serve para inaugurar um novo tipo de convívio do homem com o mundo que o rodeia. O espaço e os objetos, são por ele determinados, em uma seqüência desmedida e ao mesmo tempo previsível no sentido de calculável; mas também imprevisível, na medida em que é dominada por uma velocidade de transformações que já fogem ao controle das técnicas do momento, tamanha a sua efemeridade. Essa volatilidade é somada ao alto senso de utilidade e funcionalidade, e permeia até mesmo as relações humanas. A necessidade de se reinventar o novo (um "high tech" sempre inovador) deve então ser indefinidamente reposta. É a síntese da relação homem-homem / homem-espaço, à qual vivenciamos. A racionalização do espaço organiza a produção e a vida da cidade. É dinâmica, mas sua ironia reside em seu caráter de permanência, pois a racionalização está sempre presente.

Sendo assim, a racionalização organiza o espaço de acordo com o critério da funcionalidade, na medida em que nascem novas necessidades. A cidade, produto e cenário desta organização, é como o organismo, a máquina, o conjunto de engrenagens que sintetiza esta realidade. A cidade é por excelência o espaço que atende à produção capitalista, propiciando a interligação de funções e necessidades. "Esta interligação é feita porque "potencializa sua capacidade produtiva" (...) A troca possibilita a "especialização do trabalho" (...) o que cria o mercado. (...) Sem dúvida, é possível dizer que hoje o mercado domina a cidade." (Rolnik, 1995, pp. 26 e 29)

Complementando a compreensão sobre a influência da racionalização no espaço, a análise de Otávio Ianni sobre globalização se encaixa como uma luva. Segundo Ianni, não há como dissociar o desenvolvimento do capitalismo do processo de racionalização. Esta relação extrapola fronteiras e invade o espaço supranacional.

(...) o capitalismo, como produto e condição da ampla e generalizada racionalização do mundo, logo se impõe ou sobrepõe às mais

diversas formas de organização da vida social. Tanto pode conviver como absorver, tanto modificar como recriar, as mais diferentes modalidades de organização social do trabalho e a produção. (...) Em geral, tudo está marcado pela calculabilidade, contabilidade, administração, ordenamento jurídico, desempenho, eficácia, produtividade, lucratividade, racionalidade. Está em curso a burocratização do mundo. (Ianni, 1995, p. 120)

Este imperativo da funcionalidade, produtividade, lucratividade, etc. gera o fenômeno da segregação espacial; tão evidente que ninguém duvida dele. É como se a segregação tivesse sempre existido, fizesse parte da natureza. Quando se diz que a racionalização observada por Weber, é aquela que se infiltra em todos os setores da sociedade, a consequência material (seu reflexo no espaço) é a mais evidente. Qual seja, a segregação espacial. Segundo Rolnik, é o que corresponde à

Divisão do espaço por funções (...): distrito industrial, zona nobre, bairro popular, periferia, zona comercial, central (...) este movimento de separação das classes sociais e funções no espaço urbano que os estudiosos da cidade chamam de segregação espacial. (...) Além de um recorte de classe, raça ou faixa etária, a segregação também se expressa através da separação dos locais de trabalho em relação aos locais de moradia. (Rolnik, 1995, pp. 41 e 42)

A segregação da cidade se baseia na economia. Ou seja, a cidade passa por um processo de "monetização" dos bens necessários à produção da vida, a chamada "mercantilização da terra urbana". O que é uma questão política também. A palavra-chave é: "separar para manter". Pois aí entra a questão do poder de polícia da administração pública; vigilância, fiscalização, tudo que diz respeito à manutenção da ordem, todos os artificios político-administrativos são utilizados para a preservação da segregação espacial. "O Estado investe de acordo com seus interesses. Existem as instituições destinadas a disciplinar, curar, educar e punir" (Rolnik, 1995, p. 52). E ainda segundo o filósofo francês Michel Foucault,

... o poder disciplinar não destrói o indivíduo; (...) ele o fabrica. O indivíduo (...) é um de seus mais importantes efeitos. (...) A ação sobre o corpo, o adestramento do gesto, a regulação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação do discurso, com o objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar, tudo isso faz com que apareça pela primeira vez na história esta figura, individualizada – o homem – como produção do poder. Mas também, e ao mesmo tempo, como objeto de saber. (Foucault, 1999, p. XX)

O que corresponde à racionalização dos próprios gestos do indivíduo, e das relações humanas, que se tornam esferas e instrumentos do poder e do controle e se refletem na arquitetura e no espaço. A questão política da organização do espaço, é vista com mais nitidez através da análise de Foucault sobre o exercício do poder sobre o espaço. "Não existe Estado global, existem micro-sociedades, microcosmos que se instalam. (...) O poder (...) se reproduz, não por conservação, mas por transformações." (Foucault, 1999, p. 222)

Articulam-se aqui os estudos de Rolnik e de Foucault sobre a organização do espaço em prol de um modo de produção, da maximização da rentabilidade, e retorno dos investimentos (Rolnik, 1995, p. 54).

O que significa que a produção do espaço reflete finalidades e preocupações, assim como (quando convém), a ausência delas. Um exemplo típico da ausência destas preocupações são os locais onde nem se faz a coleta de lixo, ou onde não há pavimentação, nem tratamento de água e esgoto, e muitos outros. O que desta forma ilustra a intervenção ou a ausência pensada desta por parte do Estado na cidade. E é ele a instituição que empreende as transformações sociais, econômicas e políticas advindas do capitalismo. Daí a importância do mercado imobiliário, dos espaços que têm potencial econômico e recebem investimentos em infra-estrutura. E ainda de acordo com Rolnik,

"As casas e bairros de nossas cidades só podem ser construídos se obedecerem a um certo padrão, (...) adaptado à ocupação capitalista da terra e à micropolítica familiar burguesa. A reprodução infinita do projeto-padrão na cidade reforça a norma." (Rolnik, 1995, p. 67).

A cidade, então, se organiza segundo a produção e os interesses capitalistas. A própria população menos favorecida é absorvida pelo sistema, mesmo que o salário seja miserável. A cidade se torna um espetáculo que reflete a segregação social. E em um círculo vicioso, o sistema se perpetua, gerando em sua roda viva tanto a opulência quanto a miséria.

a favela... contradição do sistema que a reproduz e rejeita, é território inimigo, que deve ser eliminado. É inimigo do capital imobiliário porque desvaloriza a região; da polícia, porque em seus espaços irregulares e densos é difícil penetrar... A intervenção do Estado nestes territórios tem se dado... através de programas... que "racionalizam" estes espaços, adequando-os às normas do modelo. (Rolnik, 1995, p. 69)

Neste processo surge o elemento "... que dá ritmo e intensidade a estes movimentos: a produção industrial" (Rolnik, 1995, p. 71), que se organiza através da criação de lotes geométricos que serão valorados. É a lógica capitalista que define a ocupação da cidade. "É a proposta burguesa de racionalidade (cálculo e precisão) na ação. Desde esta

época existe o programa de intervenção do Estado na cidade.” (Rolnik, 1995, p. 54 - 59).

Este seria então, o resultado de uma espécie de pacto firmado entre a família burguesa e o Estado. Pacto que representaria o poder da família, que é garantia de cumprimento das leis do Estado. (Rolnik, 1995, p. 62). Mais um exemplo dos micro-poderes presentes na “Microfísica do Poder” de Foucault; a própria sociedade perpetua e impõe a organização que a tem sustentado e mantido.

AS ORIGENS DA FORMAÇÃO DO ESPAÇO EM SANTA CRUZ DO SUL E SUA INSERÇÃO NO PROCESSO DE RACIONALIZAÇÃO

No processo de modernização acima descrito, é gestada a evolução do capitalismo que configura a formação e compartimentação do espaço enquanto uma extensão da lógica do capital. Com isso, o espaço se organiza segundo uma racionalidade utilitarista, voltada para a produção, o abastecimento, a rapidez e eficiência, e a constante expansão deste processo.

Como teremos oportunidade de verificar, a formação do espaço em Santa Cruz do Sul acompanhou tal processo de racionalização, que se iniciou com a chegada dos primeiros colonos vindos da Alemanha.

Realizada pelos engenheiros militares designados pelo governo da província, a demarcação de lotes coloniais se efetuava com ajuda de agentes da colonização, em geral alemães já instalados no Rio Grande do Sul (São Leopoldo), e que serviam também de intérpretes entre os recém chegados e os engenheiros militares luso-brasileiros.

A partir de 1849, chegam os primeiros imigrantes alemães à região que hoje é Santa Cruz Sul. Trazidos pela propaganda imperial, integrante da política oficial do governo, e pela esperança de vida nova, além da promessa de subsídios (terras, ferramentas e viagem pagos) que facilitariam sobremaneira as suas vidas na fase de adaptação em terras desconhecidas; os colonos para cá se dirigiam com o desejo de estabelecer-se e às suas famílias. Eles visavam a construção de um futuro mais próspero; perspectiva que não lhes fora ofertada na sua terra natal.

A causa externa da imigração alemã para o Brasil, foi então, a crise generalizada pela qual vinha passando a Alemanha, que sofria com mudanças radicais em seu cenário político, econômico e social.

Esta transformação foi fruto do alastramento das relações capitalistas de produção, da insuficiência de ofertas de postos de trabalho, de propriedades, enfim, de sustento para todo o contingente populacional do país. Grande parte do povo alemão se sentia desamparado e sem perspectivas, o que explica o fato de milhares deles (no caso) terem buscado em lugares distantes uma tentativa de garantir sua sobrevivência.

Em seu trabalho *A produção da periferia urbana em Santa Cruz do Sul – RS: o lugar*

dos safristas na terra do fumo, Rogério Silveira relaciona a vinda dos imigrantes alemães para Santa Cruz do Sul com questões advindas da crise alemã.

Fatores como a tardia unificação alemã, o avanço das práticas capitalistas que agravavam as condições de provimento de grande parte da população com o minifúndio, a insuficiência de terras, a falta de emprego para todos, as limitações dos mercados locais, implicavam na ausência de perspectivas para grande parte dos alemães.

Sobre as ondas de imigração, Rogério Silveira destaca a divisão feita por Paul Singer, que afirma ter havido duas fases neste processo, a primeira fase seria de 1800 à 1880, e a segunda a partir de 1880, devido justamente à intensificação da Revolução Industrial, que da Inglaterra se espriava para as demais localidades da Europa, e relaciona a realidade alemã e a brasileira, que afinal, haveriam de se encontrar. Ou seja,

(...) situações aparentemente desvinculadas, além de distantes espacialmente – como a instalação de núcleos coloniais como o de Santa Cruz do Sul, em 1849, no sul do Brasil, e a produção de fluxos emigratórios da Alemanha, tardiamente unificada e industrializada – em realidade se encontram articuladas, ou melhor, como situações complementares do mesmo processo, (...) de expansão do modo de produção capitalista em escala internacional. (Silveira, 1997, p. 27-28)

O então núcleo colonial de Santa Cruz do Sul, fora criado pelo governo provincial em 1849, tendo surgido a partir desse contexto mais amplo. Integra-se neste processo, e relaciona-se com a questão interna, a crise da escravatura no Brasil e a pressão da Inglaterra para que se abolisse o escravismo, obstáculo à perspectiva de expansão de um mercado consumidor dos produtos ingleses no país.

A Inglaterra colaborou, desde a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil em 1808, para que futuramente (à época das levãs migratórias), os governos imperial e provincial adotassem medidas legais que viessem ao mesmo tempo: estruturar o avanço de um mercado consumidor no país, através do trabalho assalariado advindo do emprego da mão-de-obra livre dos colonos migrantes, e garantir o povoamento efetivo de amplas parcelas até então inexploradas do território gaúcho. Pois até então, “Havia estrangeiros no Brasil; contudo, não havia correntes propriamente migratórias, (...) oriundas de uma política intencional do governo.” (Lando (Org.), 1992, p. 09). Ou seja, além da importância de se ampliar o mercado consumidor brasileiro, se priorizavam territórios de “valor estratégico” (no caso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), que vinham sendo alvo de intensa preocupação da metrópole portuguesa, (por questões de segurança e legitimidade do território), e que então, se desenvolveriam de forma diferenciada da que existia até então, a forma monocultora voltada para o grande comércio exterior.

Na obra de Lando, é ressaltado também a “hegemonia econômica e política” que

é apropriada pelos fazendeiros do café, em substituição à predominância dos senhores de engenho. “Este fato é importante na medida em que representa uma mudança na forma de encarar a utilização do imigrante europeu no sistema econômico.” (Lando (Org.), 1992, p. 12). O que comprova a inserção do Brasil na evolução do capitalismo.

Os cafeicultores tinham a consciência de que “o regime de trabalho escravo tornara-se antiquado e oneroso (...) e (...) em consequência da abolição do tráfico negreiro a mão-de-obra tornara-se escassa, viam na imigração uma forma de substituí-la com o braço livre.” (Lando (Org.), 1992, p. 13), além é claro, da incompatibilidade do escravismo com a evolução capitalista. E é neste íterim que se insere a imigração alemã no Sul do país, que apesar de ser distinta da que ocorreu em São Paulo, por exemplo (voltada para a monocultura e latifúndio), faz parte do avanço capitalista no Brasil.

É o que atesta a observação de Olgário Vogt citado por Ronaldo Wink em sua obra *Santa Cruz do Sul e sua Evolução Urbana: 1855 – 2000*, quando diz que

no sulo intuito era o de povoar o território através do estabelecimento de comunidades agrícolas sedentárias e autônomas que 1º) pudessem constituir uma agricultura voltada para o mercado, 2º) ocupassem a província que (...) fora palco de conflitos luso-brasileiros e castelhanos, 3º) mantivessem o equilíbrio de ordem política, formando uma classe de pequenos e médios proprietários não ligados, política e ideologicamente, aos interesses dos grandes estancieros. (Vogt apud Wink, 2000, p. 54).

Além disso, o que concorreu para a vinda de alemães para Santa Cruz do Sul, foi o esgotamento da capacidade da colônia de São Leopoldo em acolher as constantes levas de imigrantes que chegavam. Daí a urgência da criação de uma nova localidade capaz de os receber.

De acordo com os dados garimpados por Hardy Martin, no ano de 1849, o engenheiro Frederico Augusto de Vasconcellos Almeida Pereira Cabral, fez as primeiras medições da colônia, e em 1854, o Capitão Tenente Francisco Cândido de Castro Menezes inicia os traçados das ruas e das quadras da então Povoação, com o auxílio do engenheiro alemão Frederico Heydtmann e de José Luiz Teixeira. A localização de Santa Cruz do Sul se deu a princípio, junto à estrada de “Cima da Serra”, em terras devolutas, devido à maior viabilidade de comunicação entre SCS e Rio Pardo. (Martin, 1978).

Voltando ao assunto da questão interna relacionada à vinda dos imigrantes, o Governo brasileiro em um só golpe, objetivava legitimar sua soberania sobre as terras no Sul do país, assim como criar focos de abastecimento capazes de realizar uma nascente economia.

É sabido que a conjuntura da época requeria urgentemente o abandono do modo de produção escravista, aderindo aos moldes capitalistas de produção. Gradualmente

então, o Brasil deveria se adaptar a esta nova realidade que abraçava o mundo de forma definitiva.

A solução encontrada foi o desenvolvimento de uma política de atração de imigrantes europeus para o país. Sendo assim, era a chegada maciça do elemento europeu, a solução para os dois problemas acima citados (legitimação e abastecimento), daí a cultura de subsistência ter se estabelecido nas zonas de colonização, e como veremos, irá influenciar na formação do espaço.

Convém lembrar a diferença entre colonização e imigração. A primeira remete ao minifúndio e abastecimento do mercado consumidor local, e a segunda, ao abastecimento de mão de obra na grande lavoura monocultora.

De acordo com Hardy Martin, antes da chegada dos imigrantes alemães, as fontes de renda da região que viria a ser Santa Cruz do Sul, eram a crva-mate e o gado, sendo que os recém-chegados se estabeleceriam nas terras devolutas do governo, no caso, a Serra.

As terras mais altas, na Serra, não eram ocupadas. Foi lá que o Governo estabeleceu os primeiros colonos alemães em Santa Cruz. Lá estavam as terras devolutas, as terras não requeridas pelos outros ... era terra do Governo. Sim, ao redor já havia sesmarias e concessões. Mas a Serra era uma “ilha” que esperava por braços vigorosos. (Martin, 1978, p. 25)

Quando da vinda dos primeiros imigrantes em 1849 (vindos de Porto Alegre, passando por Rio Pardo via Rio Jacuí), no chamado “Faxinal do Faria” (antiga sesmaria concedida a João de Faria), tem início uma pequena produção mais diversificada, já que de subsistência, contando com produtos como o feijão, o milho, a banha de porco, o toucinho, a manteiga, a batata, dentre outros.

E era da alçada do Governo Provincial a questão administrativa, que com a Lei de 1851, buscava atrair mais imigrantes. Nesta tentativa, se oferecia uma série de facilidades, como a distribuição de terras gratuitas concedidas pela Lei de 1848, esta lei também previa a doação de sementes e instrumentos de trabalho aos germânicos, além de auxílio em dinheiro quando de seu estabelecimento, e até cobertura de gastos com o transporte.

Porém, devido à impossibilidade de manutenção de tamanhos incentivos, se constitui a Lei de 1854 em substituição à Lei de 1851, pondo fim àquele atrativo.

Como consequência, é forçada a evolução da economia, que de subsistência passa a ser de pequena produção de mercadorias; e é o que, posteriormente, determinará o dinamismo e diversificação do comércio local. Segundo Rogério Silveira,

Esta lei, de 1854, (...) acabaria por transformar os primeiros colonos alemães instalados em Santa Cruz do Sul, de pequenos agricultores de subsistência, a partir da mão-de-obra familiar, em produtores de

mercadorias, na medida em que os obrigava a realizar o pagamento dos lotes e dos auxílios recebidos da província, e, simultaneamente, ao fazer isso, acabaria criando as condições necessárias ao surgimento do mercado interno. (Silveira, 1997 p. 29-30)

Em Santa Cruz do Sul então, o desenvolvimento da economia de subsistência evoluiu para a policultura, e depois para o abastecimento do mercado local, culminando com a economia fumageira ligada ao sistema de redes das multinacionais desde 1960.

Segundo Ronaldo Wink,

Apesar de não passar de um agrupamento de pequenas casas de madeira, a movimentação de Santa Cruz do Sul, (...) menos de dois anos após sua criação, já era considerável, indicando sua vocação natural de entreposto entre a colônia e os mercados de Rio Pardo e Porto Alegre. Tendência esta que viria a se confirmar nas décadas seguintes, quando foram iniciadas as exportações agrícolas. (Wink, 2000, p. 86-87).

Um dado interessante que colaborou para a condição estratégica de Santa Cruz, foi o local escolhido para sua localização. Esta deveria se efetivar em áreas desinteressantes para o latifúndio, mas que não fossem isoladas dos cursos dos rios e de outros centros, como o eram a capital Porto Alegre, e também Rio Pardo, devido à ameaça de estagnação. Outro fator essencial, era o de estabelecer comunicações seguras para os militares.

Como demonstra Singer se referindo ao trabalho de Waibel, “uma das motivações que levou o governo a localizar a colonização nesta área foi a de tornar mais seguras as comunicações entre o Sul e o resto do país.” (Singer, 1968, p. 156).

As etapas pelas quais passou a economia local, são também de fundamental importância para se entender o processo de evolução espacial de Santa Cruz do Sul. Estas fases foram elaboradas por Paul Singer, que então as divide em três. Segundo ele, estas etapas são comuns a todas as colônias de caráter oficial, ou seja, que não foram de origem espontânea, mas que partiram da iniciativa oficial do governo.

Estas fases seriam: “1. desmatamento e agricultura de subsistência; 2. expansão agrícola e exportação de excedentes, e 3. especialização agrícola, tendo em vista a comercialização.” (Singer, 1968, p. 159). A primeira fase, perfaria o período de dez anos. E já na segunda seria possível uma produção de milho grande o suficiente para permitir a exportação de 57 % de seu total; além de 38 % da produção de feijão, ocorrendo fato semelhante com a batata. Esta segunda fase abarcaria os anos de 1860 a 1881, e é nela que tem início a cultura daquele que seria o mais importante produto de Santa Cruz do Sul, o fumo. A terceira fase, assiste à especialização, que segundo o autor, “é caracterizada pela expansão da cultura do fumo”. (Singer, 1968, p. 159).

Assim como outras colônias, Santa Cruz se desenvolve nas proximidades de rios, “As colônias neste período (1844-1874), se estabelecem nos vales dos rios (Jacuí, Pardo, Taquari, Caí, Sinos) (...) A navegação fluvial assume importância crucial nesta época: é o único meio de transporte economicamente viável.” (Singer, 1968, p. 159). Os rios só serão auxiliados no quesito transporte, pelas ferrovias, a partir de 1869.

Sobre a estrada de ferro, acrescenta Singer: “Ela permitiu que numerosas colônias passassem da primeira à segunda fase e desta à terceira. Em consequência, o volume de produtos exportados via Porto Alegre cresce acentuadamente.” (Singer, 1968, p. 160). É esta evolução que realizará a passagem da terceira fase da economia das colônias para a industrialização dos derivados de porco e para a exportação do fumo.

CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO EM SANTA CRUZ DO SUL

No processo de formação do espaço e de dinamização econômica em Santa Cruz do Sul, há um elemento de fundamental importância: as picadas ou estradas, pois é através delas, com o intermédio de comerciantes proprietários de lojas localizadas nas picadas, que será possível a realização de contatos sociais e econômicos na região.

Tal intermediação se dava basicamente através do monopólio da circulação, tanto dos produtos coloniais e das mercadorias urbanas, como do capital, pelos comerciantes rurais, que (...) viabilizavam a acumulação de capital. Capital que mais tarde seria empregado na compra de lotes urbanos e na criação das primeiras atividades industriais e comerciais (...) (Silveira, 1997, p. 34).

Sendo assim, a picada foi a primeira via mediadora entre os produtos dos colonos e o mercado a que deveriam se destinar, vínculo este efetivado “através (...) dos comerciantes, donos das lojas estabelecidas nas picadas.” (Silveira, 1997, p. 34).

Ainda segundo Silveira, “a picada representou (...) a possibilidade de articular campo e cidade, como espaços distintos de um mesmo processo, a partir de novas e profundas mudanças no modo de produção vigente” (Silveira, 1997, p. 36).

No livro de Jean Roche, intitulado *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, Silveira percebe que

A povoação nas áreas coloniais alemãs se caracterizava (...) pelo fato de o recorte das propriedades não ser longitudinal, como aquele presente na zona rural, e pelo fato de os “terrenos encaixarem-se uns nos outros como os lados de um esquadro. (...) na maior parte dessas povoações, (...) vamos encontrar o estabelecimento de uma planta

urbana geometricamente definida, através da delimitação de quadras de ruas retilíneas que se cortam regularmente em ângulos retos. Trata-se portanto de núcleos urbanos previamente planejados, onde a regularidade do traçado urbano e o aspecto uniforme dessas pequenas cidades refletem o urbanismo administrativo adotado nessas áreas pela administração provincial. (...) (Roche apud Silveira, 1997, p. 36-37).

A configuração original de Santa Cruz do Sul obedecia aos ditames portugueses da organização do espaço. Apesar de se constituir em colônia de maioria maciça alemã, a região seguiu o padrão português, e como afirma Ronaldo Wink, “a prerrogativa do planejamento de cidades era sempre conferida a engenheiros de origem lusa, e em sua maioria com formação militar.” (Wink, 2000, p. 70).

E segundo Günter Weimer, em seu livro *A arquitetura*,

(...) o governo jamais abriu mão da prerrogativa de desenhar as cidades. Mesmo dispondo de profissionais imigrantes aptos e plenamente integrados nas diretrizes governamentais, (...) os projetos das cidades sempre foram impostos pelas autoridades nacionais. (...) os conceitos de urbanismo trazidos pelos imigrantes só conseguiram ser implantados longe dos centros urbanos e de forma sub-reptícia. (Weimer, 1999, p. 59)

É claro que a influência germânica se fez sentir, mas esta se refletia na arquitetura, pois “quanto às construções das casas e benfeitorias, o imigrante gozava de total liberdade de expressão.” (Weimer, 1999, p. 59).

Seguindo as conclusões de Weimer, citado por Wink, era da responsabilidade do governo luso-brasileiro a formação quadriculada dos povoados, pois na Alemanha, este se dava espontaneamente, “numa continuidade entre a paisagem rural e urbana” (Weimer apud Wink, 2000, p. 70).

E ainda de acordo com o estudo de Weimer, dentro dos padrões portugueses, a “cidade era a sede de um poder centralizado, e o campo, um lugar de criação de gado (...) Esta concepção de mundo acabou por ser transferida a colônia alemã.” (Weimer apud Wink, 2000, p. 70).

O que, como não poderia deixar de ser, se refletia nas cidades, pois “sempre foram planejadas por técnicos de origem lusa e dentro das normas coloniais portuguesas. Mesmo depois da independência.” (Weimer apud Wink, 2000, p. 70).

Interessante destacar as influências recebidas pelo urbanismo português responsável por este tipo de organização do espaço; pois com o advento da Revolução Industrial e das relações capitalistas de produção, o séc. XIX passou por uma nova dinâmica que se desenvolveu na Europa e no mundo, devido ao modelo racionalista de urbanização. E

segundo Souza, citado por Wink, “(...) o traçado xadrez acontece todas as vezes em que haja urgência na implantação dos núcleos, seja por razões militares, seja por razões de colonização, ocupação de territórios ou até mesmo por especulação imobiliária.” (Souza apud Wink, 2000, p. 72).

Quanto a evolução administrativa de Santa Cruz do Sul, esta vem acompanhando a evolução econômica. Tendo surgido em 1849, a Colônia de Santa Cruz, em 1851, passa a ter administração autônoma, em 1855, é criada a Povoação e em 1859, Santa Cruz é elevada à Freguesia; o que reflete a dinâmica da economia da região, pois segundo Silveira, “O crescente desenvolvimento do núcleo urbano (...) traduz o dinamismo da atividade agrícola colonial e o incremento das atividades comerciais que articulavam a localidade com outros mercados da província.” (Silveira, 1997, p. 40). De acordo com Ronaldo Wink, esta prosperidade atraía ainda mais imigrantes alemães; a crescente economia e procura por perspectivas contribuíram para a valorização imobiliária. Em 1877, Santa Cruz do Sul torna-se independente de Rio Pardo, constituindo um município autônomo e passando de freguesia à vila. (Silveira, 1997, p. 36). Com a autonomia, Santa Cruz agilizou as melhorias urbanísticas através da cobrança do imposto territorial urbano, a vila agora acumulava os papéis de entreposto comercial e de centro administrativo (Wink, 2000, p. 115-116). E finalmente em 1905, é elevada à categoria de cidade, coincidindo com o início das primeiras indústrias, segundo Wink, “a começar pela chegada em 1917 da British American Tobacco, cuja instalação acabou atuando como um divisor de águas, ao introduzir novas tecnologias e relações capitalistas no setor fumageiro” (Wink, 2000, p. 256).

O tecido urbano de Santa Cruz do Sul, graças à industrialização local, se desenvolveu sobremancira, prova disso, é o crescimento testemunhado pela década de 20, que contou com o aumento do setor de serviços e da quantidade de edifícios que surgiam. (Wink, 2000, p. 196). “Obedecendo sempre o rígido traçado quadriculado original, novos quarteirões foram loteados, (...) criando assim, as condições espaciais para garantir a reprodução tanto do capital, quanto da força trabalhadora.” (Wink, 2000, p. 197).

O desenvolvimento industrial de Santa Cruz do Sul forçará então, a substituição das funções da cidade, “até então direcionadas ao atendimento do setor agrícola, passaram a ter um novo foco, sendo intensificadas as atividades terciárias, voltadas ao apoio da agroindústria fumageira.” (Wink, 2000, p. 199).

Juntamente com o crescimento urbano, problemas como a segregação espacial surgem e se agravam em Santa Cruz do Sul a partir da década de 50, devido às constantes migrações advindas da zona rural em busca de trabalho.

Na observação de Wink,

A contrastante situação de segregação, com nítida divisão territorial entre as classes foi acentuando-se cada vez mais no transcorrer dos anos 60, engendrada pelo próprio sistema capitalista no qual a cidade

estava inserida, refletindo esta realidade na valorização e ocupação diferenciada do espaço urbano, pelos diversos segmentos sociais envolvidos. (Wink, 2000, p. 206).

Percebemos aí a segregação descrita por Rolnik, quando ela afirma que a organização da cidade atende à demanda da produção e dos interesses capitalistas, sendo a população mais pobre ultrajada pelo sistema. Neste processo, a cidade é o cenário onde a peça se desenrola, e a segregação social, o protagonista do roteiro de desigualdades que ora enaltecem a riqueza, ora o desespero da pobreza. A própria desnacionalização da Indústria Fumageira em Santa Cruz do Sul agrava o problema, pois tais empresas agem de acordo com a lógica de redes, sem uma ligação maior com as questões sociais locais.

Segundo Wink, este processo desencadeou “uma nova dinâmica na economia local, incorporando modernas tecnologias e fazendo com que os demais setores de atividades passassem a seguir o ritmo ditado pela economia global, da qual a cidade passou a fazer parte (...)” (Wink, 2000, p. 211).

Pólo da região do Vale do Rio Pardo, Santa Cruz do Sul abriga desde a década de 60, prestadoras de serviços como instituições de ensino, bancárias, de saúde e de lazer. (Wink, 2000, p. 214). Segundo Wink, nos últimos trinta anos, a cidade contou com o surgimento de “loteamentos voltados a diversas camadas sociais e diretamente associadas às super safras de fumo (...) quando a circulação monetária (...) atingiu níveis elevados, impulsionando (...) o mercado imobiliário. (Wink, 2000, p. 241-243). Hoje, Santa Cruz do Sul é conhecida como centro exportador do fumo, totalmente integrada na economia globalizada; porém, se vê forçada a buscar alternativas que a tirem da dependência da cultura do fumo, já que o antitabagismo vem crescendo. Indústrias como a de produtos alimentícios e de vestuário, por exemplo, (Wink, 2000, p. 250) se desenvolveram, mas não o suficiente para concorrer com a posição privilegiada da indústria fumageira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vasculhando as imagens da evolução das cidades, do cenário urbano, percebemos o crescimento dos labirintos que atendem a uma lógica sempre nova, criada e recriada, posta e imposta, que é seguida pelo formigueiro humano. A compartimentação dos espaços, em, como diria Santos, subespaços, inaugura uma nova era. A era da produção em massa, consumo em massa, descobertas tecnológicas, transmutações sociais em sua maneira de ver o mundo, em suas relações com o outro, com o patrão, com a polícia, com o Estado, com a família, que ordena e ao mesmo tempo desordena o que está ao redor. A ordem e o progresso se organizam, a população se adequa, e dança no ritmo da mudança que não pára; pelo contrário, corre cada vez mais freneticamente. A racionalização descrita por Weber dá ritmo à produção, ao consumo, à rapidez e à efemeridade; num crescendo

sem bordas ou margens que o limitem.

Acompanhando este ritmo, se situa o processo de formação do espaço de Santa Cruz do Sul, que através da propaganda oficial do governo, indica, na História do país, um capítulo inédito, constituído de elementos como o minifúndio, a economia da policultura e o trabalho assalariado; além é claro, de um novo personagem, o imigrante alemão que para cá se dirige com sua família na busca de estabelecer-se.

Oriunda das orientações portuguesas de planejamento urbano, a configuração da cidade se desenvolve e dá seus primeiros passos rumo à racionalização, que conquista gradual e literalmente o seu espaço de mãos dadas com a evolução econômica local.

Santa Cruz do Sul, vê nascer sua economia da cultura de subsistência; alcança o posto de fornecedora de produtos agrícolas, conquista a especialização destes produtos; e se sobressai no cenário da economia nacional enquanto pólo econômico, educacional e turístico do Vale do Rio Pardo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. 3. ed. Traduzido por Silvia Mazza. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço e Indústria*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1991.
- FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. Traduzido por Luís Cláudio de Castro e Costa. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- GONÇALVES JR, A J.; SANT'ANNA, Frederico Carstens, FLEITH, Rossano. *O que é urbanismo*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- HABERMAS, Jürgen. *Técnica e Ciência como "Ideologia"*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 5. ed. Traduzido por Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 14 ed. Traduzido por Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- LANDO (Org.), Aldair Marli; DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius. *RS: imigração & colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. *Política de colonização no Império*. Porto Alegre: Ed.

Universidade/UFRGS, 1999.

MARTIN, Hardy Elmiro. *Santa Cruz do Sul de Colônia a Freguesia, 1849-1859*. Santa Cruz do Sul: Associação Pró-Ensino de Santa Cruz do Sul, 1979.

IANNI, Octavio. *Tecorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. Coleção Primeiros Passos.

SANTOS, Milton. *Natureza do Espaço*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1998.

SILVEIRA, Rogério Leandro de Lima da. *A produção da periferia urbana de Santa Cruz do Sul-RS: o lugar dos safristas da terra do fumo*. Florianópolis, 1997, 273 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Leila Christina Duarte Dias.

SINGER, Paul I. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1968.

WAILBEL, Leo. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WEIMER, Gunter. *A arquitetura*. 3. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 1999.

WINK, Ronaldo. *Santa Cruz do Sul e sua evolução urbana (1855-2000)*. Santa Cruz do Sul, 2000, 261 p. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado – da Universidade de Santa Cruz do Sul. Orientador: Prof. Dr. Flávio Madureira Heins, Co-Orientadora: Prof. Ms. Célia F. de Souza.